

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Secretaria-Geral da Presidência da República  
Secretaria Nacional de Diálogos Sociais e Articulação de Políticas Públicas

## **DIALOGOS REGIONAIS – EL NIÑO 2026/2027**

### **Região Norte – Etapa Virtual**

INFORMATIVO | 13 de agosto de 2026

#### **Identificação e Contexto**

O Diálogo Regional sobre o El Niño 2026/2027 da Região Norte foi realizado virtualmente em 13 de agosto de 2026, com organização e condução da Secretaria-Geral da Presidência da República, por meio da Secretaria Nacional de Diálogos Sociais, com apoio da Secretaria Nacional de Participação Social. A atividade reuniu mais de 250 participantes simultaneamente, incluindo representantes dos Fóruns Estaduais de Participação Social dos sete estados da Região Norte, do Conselho Nacional de Política Indigenista, do Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, além de organizações da sociedade civil e conselhos municipais.

O encontro teve como objetivo apresentar informações técnicas e projeções sobre o El Niño, promover a escuta das organizações e lideranças dos territórios e identificar demandas, preocupações e propostas capazes de subsidiar a preparação e a resposta do Governo Federal, especialmente em relação às populações mais vulneráveis.

#### **Abertura e Diagnóstico técnico**

A abertura destacou a necessidade de articulação entre conhecimento técnico, ação governamental e experiência das comunidades. Na apresentação do CEMADEN/MCTI, foi informado que o El Niño apresentava características fortes, com expectativa de intensificação a partir de setembro. Para a Região Norte, foram apontados como principais riscos a intensificação gradual da seca hidrológica, redução das precipitações e dos níveis dos rios, insegurança hídrica, aumento do risco de queimadas e ondas de calor, piora da qualidade do ar e impactos sobre saúde, agricultura e produção de alimentos.

Foi ressaltado que os efeitos da redução das chuvas sobre os rios podem ocorrer de forma defasada, devido ao tempo de resposta dos sistemas hidrológicos, reforçando a importância da adoção antecipada de medidas de prevenção e preparação.

#### **Governo Federal: enfrentamento ao fenômeno**

A Casa Civil apresentou a estratégia federal de preparação e resposta, estruturada a partir de uma Sala de Situação com participação de mais de 20 ministérios, utilizando dados do CEMADEN e de outros órgãos científicos para subsidiar decisões e articular medidas de prevenção e resposta. Foram destacadas ações relacionadas à infraestrutura hídrica, proteção social e fortalecimento dos sistemas de alerta da Defesa Civil.

A abordagem apresentada reconhece que os impactos climáticos atingem de forma desigual os territórios e populações, com especial atenção a povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, agricultores familiares e moradores de periferias. A estratégia foi sintetizada em três frentes: monitoramento antecipado, mobilização da estrutura federal e fortalecimento da articulação territorial com estados, municípios e sociedade civil.

#### **Perspectivas da sociedade civil**

A segurança hídrica apareceu como questão central. A redução dos níveis dos rios repercute não apenas no abastecimento de água, mas no transporte, acesso à saúde, produção agrícola, pesca, abastecimento e circulação das comunidades. Foram defendidas a ampliação dos sistemas de abastecimento e armazenamento e soluções descentralizadas, como cisternas, incluindo a expansão de experiências do Sanear Amazônia.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Secretaria-Geral da Presidência da República  
Secretaria Nacional de Diálogos Sociais e Articulação de Políticas Públicas

Também foram destacadas a necessidade de fortalecimento e equipamento das brigadas comunitárias; articulação com Defesas Civas e Corpos de Bombeiros; proteção da agricultura familiar, pesca e produção das comunidades tradicionais; garantia da logística necessária para que alimentos cheguem às comunidades isoladas; e capacitação dos municípios para acessar recursos federais.

As organizações defenderam maior integração entre União, estados e municípios e cobraram que previsões e sistemas de monitoramento sejam convertidos em ações concretas e antecipadas nos territórios. Também reivindicaram maior transparência, participação social, aproximação entre conhecimento científico e saberes territoriais e simplificação do acesso das organizações da sociedade civil às políticas públicas e parcerias com o Estado.